

Escambo no plenário

CRISTIANA LÔBO

No Congresso tem sido assim: do dia para a noite, o plenário muda de opinião, e o resultado de uma votação é o oposto do que se esperava — e isso acontece sem debate acirrado ou reunião exaltada de líderes partidários.

Longe da visão das galerias, fatores poderosos fazem funcionar o placar eletrônico.

Eles afetam, certamente, a base parlamentar que a muito custo o presidente Collor conseguiu formar, e que não nasceu em torno de um programa de governo ou de uma linha doutrinária — por mais que Collor fale no Projeto de Reconstrução Nacional ou pregue o seu modelo de social-liberalismo. A maioria, na verdade, nasce a cada dia, fruto de interesses, digamos, subjetivos e imediatistas.

A cada votação importante o Governo experimenta novo suplício. A negociação já não é feita com o bloco que o apóia — às vezes, nem com o partido, mas com cada parlamentar. A margem de segurança é tão estreita que uma única defeção pode levar o Planalto à derrota.

Aproveitando-se disso, alguns partidos valorizam a negociação de favores. Há exemplos de sobra para demonstrar que o voto em plenário é consequência da conveniência política do momento.

O PDC, por exemplo, com 20 deputados e cinco senadores, tem sido o campeão do movimento pendular. Desde o início do ano, sua bancada vem pendendo de um lado para ou-

tro, de acordo com seus pleitos nada dogmáticos. E sempre assustando os articuladores políticos do Governo.

Pode-se perguntar: o que tem a ver a periodicidade do reajuste do salário-mínimo com a emissão de títulos da reforma agrária? Aparentemente, nada. Mas no Congresso uma coisa esteve ligada à outra.

Em abril, quando se discutiu a política salarial, o PDC seguiu o PT na votação do reajuste do salário-mínimo. Com a diferença de que o salário em que pensava o partido não era o mínimo — mas um de, precisamente (contracheque de junho passado) Cr\$ 3.500.744,84 — o quanto ganha o presidente do Incra, que gerencia a reforma agrária.

O PDC queria indicar o novo presidente do instituto e fincou pé na votação da política salarial. Se tivesse prevalecido sua posição, os trabalhadores que ganham salário-mínimo já teriam, a esta altura, recebido um novo reajuste. Mas o desfecho foi outro, por caminho mais curto: a bancada foi “pacificada” — termo muito usado nesses casos — com a promessa de “maior participação no Governo”. Acabou não levando a presidência do Incra, mas ficou com a promessa de receber duas diretorias. E se aquietou por algum tempo.

Isso não acontece só com o PDC. O PFL, a maior base política do presidente Collor, com mais de cem deputados, também esteve descontente com o Palácio do Planalto. Em janeiro, o Governo precisou de apoio parlamentar para votar às pressas uma proposta de reforma da Previdência Social; era preciso pagar aos aposentados o reajuste de 147% e não tinha de onde tirar os recursos. O Planalto

optou pela convocação extraordinária do Congresso e propôs aumento das alíquotas de recolhimento, tanto do empregado como do empregador, uma medida que mexeria com o bolso de todos.

Numa reunião no gabinete da liderança, um deputado entendido do assunto ajudou a redigir uma nota rechaçando a proposta do Governo. Argumentava que a solução para a Previdência não era o aumento das alíquotas.

Dias depois, o mesmo deputado foi nomeado ministro da Previdência Social. Há menos de uma semana, o ministro Reinhold Stephanes procurou o líder do PFL para defender aquilo que recusara em janeiro: o mesmo aumento das alíquotas para a Previdência. Mudou de lado, mudou de opinião.

O PMDB não escapou à regra. Em dezembro passado analisou com o Governo sua proposta de ajuste fiscal, que consistia basicamente na reindexação dos impostos e mudanças na alíquota do Imposto de Renda, reduzindo o recolhimento para pessoas físicas. Medida que igualmente mexeria com o bolso de muita gente. O PMDB concordava com as medidas. Mas exigiu uma contrapartida: seguro dos seus 110 votos, cobrou do Governo a rolagem da dívida dos estados, ponto fundamental para o Governo de São Paulo (nas mãos do PMDB) e para Orestes Quéricia, presidente do partido, que deixara o Governo paulista atolado em dívidas.

O Governo não titubeou. Negociou como quis com o PMDB, mesmo depois de ter endurecido o jogo durante quase um ano, resistindo a apelos de governadores aliados e da oposição. A negociação teve alto cus-

to para o Tesouro, envolvendo uma quantia em torno de Cr\$ 57 bilhões.

Praticando o mesmo jogo, existem no Congresso bancadas mais fortes do que muitos partidos. A “ruralista” por exemplo, tem mais de 80 deputados de várias legendas. Quando o tema lhes diz respeito, não há líder de partido que os segure. A “bancada do Finam e do Finor”, por sua vez, impede qualquer mudança que prejudique os tomadores de financiamentos em áreas do Norte e do Nordeste. E há a da Zona Franca, que no Amazonas está acima dos partidos.

Lamentavelmente, assim se faz política e se legisla no Brasil: na base do clientelismo, da troca de favores. E legítimo pedir ao Governo, em troca do apoio político, obras para determinadas comunidades — desde que pesem na balança o número de beneficiados, a prioridade e o custo da obra. Mas é inaceitável alterar-se a vida econômica do país ou mexer com o bolso de dezenas de milhares de pessoas por causa de um cargo de Cr\$ 3 milhões por mês.

E igualmente triste a falta de compromisso com a palavra da campanha. O próprio presidente Collor deu um mau exemplo. Quando foi lembrado das críticas que fizera a Jorge Bornhausen, hoje seu coordenador político, alegou que eram palavras ditas no calor da campanha. Ora, o discurso do palanque é o roteiro pelo qual o eleitor escolhe seu representante. Se as palavras “do calor da campanha” não querem dizer muita coisa — são apenas o ritmo no discurso — um programa de governo anunciado na mesma época e sob a mesma temperatura também não terá valor. E o que terá?